

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-26-10>

Recebido em: 25/11/2025 | Aprovado em: 13/03/2026

Dossiê: “Discurso, educação e a ascensão do neofascismo em sociedades capitalistas avançadas”

Organizadores: José Augusto Simões de Miranda e Otilia Lizete de Oliveira Martins Heinig

Editor de Seção: Fábio José Rauen

OBJETOS PARADOXAIS NO DISCURSO POLÍTICO PLATAFORMIZADO: “SEXUALIDADE” E “ESCOLA” NA CIRCULAÇÃO ALGORÍTMICA

Paradoxical Objects in Platformized Political Discourse: “Sexuality” and “School” in Algorithmic Circulation	Objetos paradójicos en el discurso político plataformizado: “sexualidad” y “escuela” en la circulación algorítmica
--	--

Wellton da Silva de Fatima*

Instituto Federal de Alagoas (CSAN), Santana do Ipanema, AL, Brasil

Resumo: O artigo analisa o funcionamento de objetos ideológicos no discurso político plataformizado, tomando como corpus dois vídeos publicados por Jair Bolsonaro no Facebook em 2016. A partir da Análise de Discurso materialista, filiada ao pensamento de Michel Pêcheux, examina-se como objetos se configuram como objetos paradoxais na FD antilgbti+ em diferentes processos discursivos. As análises destacam como formulações erigidas em uma FD pró-LGBTI+ retornam deformadas como “ameaça às crianças nas escolas”. Discute-se, assim, como a circulação algorítmica impacta a política do performativo, assujeitando locutores-políticos a tematizar incessantemente “sexualidade” e “escola” para obter visibilidade. Os resultados mostram que tais objetos sustentam a eficácia ideológica do discurso da extrema direita, sugerindo limites estratégicos para a disputa simétrica no espaço das plataformas digitais.

Palavras-chave: Discurso. Política. Plataformas digitais. Sexualidade. Escola.

Abstract: This article analyzes the functioning of ideological objects in platformized political discourse, drawing on two videos published by Jair Bolsonaro on Facebook in 2016. Based on materialist Discourse Analysis, grounded in the work of Michel Pêcheux, it examines how such objects are configured as paradoxical objects within the anti-LGBTI+ discursive formation through different discursive processes. The analyses highlight how formulations produced within a pro-LGBTI+ discursive formation return distorted as a “threat to children in schools.” The article discusses how algorithmic circulation impacts the politics of the performative, subjecting political speakers to incessantly thematizing “sexuality” and “school” in order to gain visibility. The results show that these objects sustain the ideological efficacy of far-right discourse, indicating strategic limits to symmetrical dispute within the space of digital platforms.

Keywords: Discourse. Politics. Digital platforms. Sexuality. School.

Resumen: El artículo analiza el funcionamiento de objetos ideológicos en el discurso político plataformizado, tomando como corpus dos videos publicados por Jair Bolsonaro en Facebook en 2016. Desde la perspectiva del Análisis del Discurso materialista, afiliado al pensamiento de Michel Pêcheux, se examina cómo determinados objetos se configuran como objetos paradójicos en la FD anti-LGBTI+ en distintos procesos discursivos. Los análisis destacan cómo formulaciones erigidas en una FD pro-LGBTI+ retornan deformadas como una “amenaza para los niños en las escuelas”. Se discute, así, cómo la

* Professor da área de Letras/Português do Instituto Federal de Alagoas. Doutor em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0526-5396>. E-mail: wellton.fatima@ifal.edu.br.

circulación algorítmica impacta en la política de lo performativo, al sujetar a los locutores políticos a tematizar incesantemente “sexualidad” y “escuela” para obtener visibilidad. Los resultados muestran que tales objetos sostienen la eficacia ideológica del discurso de la extrema derecha, lo que sugiere límites estratégicos para la disputa simétrica en el espacio de las plataformas digitales.

Palabras clave: Discurso. Política. Plataformas digitales. Sexualidad. Escuela.

Se os discursos de nosso tempo com pretensão revolucionária persistirem obstinadamente em não compreender esses deslocamentos que trabalham sob sua própria lógica estratégica, tudo leva a crer que eles terminarão por desvanecer-se na proliferação vazia (Pêcheux, 1990, p. 19).

INTRODUÇÃO

Em 2004, no interior do *Programa Brasil Sem Homofobia*, o governo federal lançou o *Projeto Escola Sem Homofobia*, destinado à produção de materiais educativos voltados ao enfrentamento da discriminação e do preconceito contra LGBTI+¹ no cotidiano da educação básica brasileira. Em torno de 2009, iniciou-se a elaboração de um material didático sobre diversidade sexual que buscava formar uma nova geração para o respeito à diferença desde a primeira idade. Além de um “Caderno” destinado a orientar docentes, esse “kit” incluía “boletins escola sem homofobia (‘Boleshs’)” e três materiais audiovisuais – “Medo de quê?”, “Boneca na mochila” e “Torpedo” –, destinados a estudantes sob mediação de professores.

Diferentes denominações como “kit educativo”, “kit de material educativo”, “kit escola sem homofobia” e “kit de ferramentas pedagógicas”² configuram o “processo discursivo”³ (Pêcheux, 1995, p. 161) que sustenta a produção discursiva desse objeto em uma formação discursiva – doravante FD – pró-LGBTI+. De uma filiação ideológica que supõe a desconstrução das normatividades de gênero e de sexualidade, essas denominações atualizam evidências de um discurso pedagógico: bastaria “educar”, “dar informação” para fazer desaparecer a cis-heteronormatividade⁴ – no esquecimento de que esta consiste em um dominante simbólico, que não cede sem disputa ou sem retorno de alguma ordem.

De outra posição ideológica, um locutor-político, sujeito de uma FD antilgbti+, apelidou essa iniciativa de “kit gay”, produzindo-se discursivamente um acontecimento (cf. Pêcheux, 2015), com o apoio da “língua de vento” (Pêcheux, 2011) de programas sensacionalistas de TV: a partir daí, o “kit gay” já estaria imaginariamente presente nas escolas. Diante da iminência de um escândalo, Dilma Rousseff vetou o material e

¹ Sigla de movimentos políticos pela diversidade sexual e de gênero organizadas nos últimos anos.

² Denominações retiradas do próprio material publicado, apesar de vetado em 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em: 25 nov. 2025.

³ Esse e outros conceitos mencionados na introdução serão definidos ao longo da discussão.

⁴ Estruturante simbólico-ideológico que impõe a heterossexualidade e a cisgeneridade como norma padrão.

declarou que “não faria propaganda de opção sexual” (cf. Pereira, 2017, p. 197), tentando agradar a influente “bancada evangélica”⁵ do Congresso brasileiro.

Repetindo reiteradamente desde 2010 ter “descoberto o ‘kit-gay’ do PT”, esse locutor-político emergiu em “[...] um processo de repetições mais ou menos regrado [...] no qual as palavras são pegadas na trama das reformulações” (Zoppi-Fontana, 1999, p. 21) que garantiu a eficácia ideológica da nomeação “kit gay”. O discurso do “kit gay” se tornou uma verdade na FD antilgbti+ independentemente das negações e esclarecimentos feitos pelo governo, pela sociedade civil e pela mídia, em condições novas nas quais uma história aumentada ou inventada pode operar na produção discursiva de um “performativo político” (Pêcheux, 2011). A produção desse “objeto moral no discurso” (Fatima, 2025, p. 203), que sustentou o sentido de “ameaça para as crianças nas escolas”, contou com a ascensão das plataformas de mídias digitais no cotidiano brasileiro.

Entre 2014 e 2016, quando plataformas digitais já eram a principal arena da política brasileira, “kit gay” captura a atenção de interlocutores na “materialidade discursiva do digital” (Dias, 2018) e – em razão dos algoritmos de sugestão – pela “formação algorítmica” (Ferragut, 2022, p. 121; Dias, 2024, p. 173-174), inscrevendo o sujeito dessa FD em uma “cena discursiva” (Indursky, 2013) de repetição na qual retornam dizeres alarmantes sobre ameaças de ordem sexual nas escolas. Aos poucos, “kit gay” se inscreve na narratividade da “ideologia de gênero”, um “sintagma político” – conforme Junqueira (2022, p. 82) – que aparece nessa FD como uma evidência de que “*professores comunistas estariam doutrinando [...] crianças*” (cf. Daltoé e Ferreira, 2019, p. 224, grifos das autoras)⁶.

Em minha tese de doutorado (Fatima, 2025), tratei dos abalos na discursividade política diante da emergência da extrema direita ao poder. Na pesquisa, busquei compreender efeitos discursivos da relação entre “objetos ideológicos” (Pêcheux, 1995, p. 146) como “política”, “sexualidade” e “tecnologias digitais” no discurso. Ao longo das análises, foi possível constatar um “lugar de enunciação antilgbti+ na política” (Fatima, 2025, p. 135) em funcionamento nas postagens que circularam pelo perfil de Jair Bolsonaro no Facebook.

Assim, demonstrei que “kit gay” e “ideologia de gênero” ganham corpo no discurso pela produção de efeitos de sentidos de ameaça para crianças nas escolas. Demonstrei, ainda, que esse processo projetou o nome de Jair Bolsonaro na circulação dos discursos nas plataformas digitais, reproduzindo a evidência que o “PT” e os “LGBTI+” são uma ameaça. Dessa “política do performativo” (Pêcheux, 2011 p. 88), emergiu a eficácia ideológica que fez as massas marcharem no “discurso digital” (Dias, 2018), quando sujeitos se deslocaram dos *smartphones* e microcomputadores para as urnas eletrônicas, votando para “acabar a ‘ideologia de gênero’ nas escolas”. Gostaria de retomar aspectos dessa problemática do performativo da ameaça neste artigo, valendo-me de textualizações de 2016 de minha tese (Fatima, 2025). Esse foi um ano importante de acontecimentos –

⁵ “Frente Parlamentar Evangélica” do Congresso Nacional, que já liderava uma frente política reacionária ao menos desde 2006, quando conseguiu barrar o avanço do PLC 122/2006, que propôs a “criminalização da homofobia”.

⁶ Todos os grifos deste artigo são dos(as) autores(as).

como a consolidação do golpe contra Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à chefia do Executivo – que abriram caminho para a tomada do poder pelo bolsonarismo nos anos seguintes.

Este artigo se sustenta no aparato teórico-e-metodológico da Análise de Discurso materialista – doravante AD – filiada ao pensamento de Michel Pêcheux. Dentro desse campo, optei por retomar a problemática supracitada pela análise da formulação do discurso em dois vídeos que foram publicados no Facebook. Nesses vídeos, o locutor-político anuncia que tratará de “educação”, mas tematiza “sexualidade”, o que indica a pertinência da associação entre esses objetos para o discurso político nessas condições de circulação. Justifico a escolha desse material porque ele fornece elementos para objetar a relação entre (a) o irrealizado da apropriação de saberes contra-hegemônicos sobre sexualidade na escola; e (b) aquilo que, em face ao “real da história” (cf. Pêcheux, 2016), fez-se em acontecimento discursivo. Atréadas à questão da circulação do discurso político nas plataformas, duas questões centrais me interessam: a *política do performativo* e o *caráter paradoxal das práticas políticas atuais*.

DOIS ASPECTOS DE ORDEM TEÓRICA E ANALÍTICA

Perguntando-se “como o discurso tem sido enformado pelas ferramentas digitais de textualização, produzindo unidade (imaginária) ao discurso”, Dias (2024, p. 156) propõe o conceito de “texto plataformizado” para compreender “novas textualidades” que são “fortemente conformadas pelas ferramentas digitais e pelos algoritmos” (Dias, 2024, p. 159) na conjuntura do “capitalismo de plataforma”. Lendo a autora e analisando postagens de Facebook, indiquei a existência de um “discurso político plataformizado” (Fatima, 2025, p. 243) no discurso bolsonarista. Esse funcionamento discursivo reorganizou os sentidos da política pelo “espetáculo político” (Courtine, 2011, p. 117) e pela “teatralização” (Daltoé, 2024) nas cenas discursivas da política brasileira, mobilizando objetos ideológicos suscetíveis de viralização nas plataformas digitais, onde sujeitos e sentidos são (re)produzidos algorítmicamente. Com Dias (2018; 2024), compreendo a “viralização” como um acontecimento da circulação no discurso digital, no qual evidências ideológicas se reproduzem em quantidade e em velocidade.

Trato aqui de “espetáculo”, de “teatralização” e de “cena”, mas destaco que o discurso político “[...] não é uma peça de teatro, mas o próprio jogo ideológico e inconsciente que determina os papéis sociais de cada um na cena discursiva da política” (Daltoé, 2024, p. 26). No discurso político, o poder se mostra frequentemente como “objeto de desejo” (Daltoé, 2024, p. 26) e, para alcançá-lo, a busca por visibilidade é fator fundamental, principalmente em se tratando da eficácia ideológica da viralização no discurso político plataformizado.

Em uma FD antilgbt+, inscrita na cis-heteronormatividade, palavras, expressões e imagens (estáticas ou em movimento) que remetem a dissidências sexuais, como sujeitos LGBTI+ e “seus objetos”, interpelam usuários das plataformas em sujeitos de uma prática política em que a sexualidade, em suas formas históricas atuais, tornou-se parte importante da “identificação do sujeito a uma FD” – conforme Pêcheux (1995, p. 160).

Esse processo de identificação sofre as consequências práticas de que objetos ideológicos – como “sexualidade”, “escola”, etc. – em disputa se discursivizam no embate entre FD antagônicas do discurso político pelo interdiscurso. Isto é, no discurso político plataformizado, sentidos produzidos em uma FD pró-LGBTI+, constituída em torno de lutas políticas por emancipação sexual, tendem a ser invertidos, transformados ou deformados pelo sujeito posicionado em uma FD antagônica, de filiação ideológica antilgbt+. É por isso que, além da “política do performativo” (Pêcheux, 2011, p. 89), repensada pela materialidade discursiva do digital dados os deslocamentos do discurso político pelas “mídias digitais” (Zoppi-Fontana, 2022), minha ênfase neste artigo está na descrição da constituição de objetos ideológicos dessas práticas políticas como “objetos paradoxais” (Pêcheux; Gadet, 2011; Pêcheux, 1990).

QUESTÕES ACERCA DO CORPUS

Os dois vídeos aqui analisados, nos quais o locutor principal é Jair Bolsonaro, foram publicados em seu perfil no Facebook e circularam em outras plataformas. Apesar das diferenças na formulação, em sua materialidade discursiva, o discurso político nesses vídeos – publicados no íterim de apenas seis meses em 2016 – constitui-se por meio de processos discursivos que os inscrevem em um ritual ideológico de repetição, tanto em termos de efeitos de legitimidade e de circulação pelo “lugar de enunciação” (Zoppi-Fontana, 1999), quanto em termos de apropriação de objetos advindos de FD antagônicas.

O primeiro vídeo, do dia 19 de janeiro de 2016, textualiza uma disputa em torno de objetos como “sexualidade”, “escola” e “infância” entre Jair Bolsonaro e a Revista Nova Escola. Dias antes desse primeiro vídeo, em 10 de janeiro, o perfil de Bolsonaro fez uma postagem com declarações que não podemos classificar de outra forma a não ser como “falas mentirosas”, produzidas na “discursividade da pós-verdade” (Zoppi-Fontana, 2022). Assujeitado ao discurso político plataformizado, onde lhe é imposta a necessidade de produzir constantemente polêmicas para que seu nome circule, o locutor-político atualiza a já velha história do “kit gay”, envolvendo agora a Nova Escola em acusações de favorecimento ilícito durante o governo Dilma Rousseff para “propagar ideologia de gênero para o PT”.

Em decorrência disso, em 15 de janeiro, no Facebook, a Revista fez uma “checagem”⁷ de informações e desmentiu Bolsonaro, viralizando para mais de 23 milhões de perfis nas redes. Com nome em alta, Bolsonaro voltou a postar sobre a questão, continuando a polêmica em uma tréplica, onde reafirma declarações feitas, apresentando “provas” do que disse. É esta tréplica, produzida no jogo entre mentido e desmentido, que tomo por objeto no primeiro movimento de análise deste artigo.

⁷ Eu me refiro ao procedimento que se tornou comum com a emergência das plataformas digitais, em que veículos tradicionais do aparelho informacional e midiático pretenderam decidir o que era verdade e o que não era. No processo que analiso, essa prática não fez mais que amplificar a circulação daquilo que pretendiam desacreditar, contribuindo contraditoriamente para sua estabilização enquanto “a verdade que a mídia quer esconder”, produzida em um “discurso sobre a tecnologia” (Dias, 2018).

De junho do mesmo ano, o segundo vídeo, igualmente inscrito na discursividade da pós-verdade, é bastante diferente do primeiro em sua forma, assumindo outros contornos enquanto texto plataformizado. Se o anterior tinha um efeito monológico, de fala de um único locutor, o vídeo que sustenta o segundo movimento de análise reconstrói a cena política e o espaço institucional da Câmara dos Deputados na materialidade discursiva do digital. Trata-se de uma montagem – com efeitos audiovisuais e encaixe de cortes de outros vídeos – que reproduz a intervenção de Bolsonaro em uma sessão da Comissão de Educação desta casa legislativa, ocorrida dias antes, para ser postada nas redes digitais. Apesar das diferenças na forma, contata-se um mesmo modo de doação do objeto pelo locutor-político, que aparece agora em um espaço institucional, dirigindo a seus pares e a opositores supostas preocupações com “ideologia de gênero nas escolas”. Assim, em uma fala pensada para ser um acontecimento de circulação nas plataformas digitais, reproduzem-se os mesmos processos discursivos que sustentam os efeitos de sentido para objetos ideológicos “sexualidade” e “escola” que se dão no vídeo anterior.

DO TEÓRICO AO ANALÍTICO

Pela repetição de processos discursivos e pela disputa dos mesmos referentes discursivos, considero que esses vídeos são de uma mesma FD. Para a AD, pela “interpelação ideológica” (cf. Althusser, 1985), “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (Pêcheux, 1995, p. 163). Determinando a posição de sujeito do locutor-político no discurso, a FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 1995, p. 160). Pela forma-sujeito de uma FD, “todo sujeito se “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) (Pêcheux, 1995, p. 161-162) e nesse reconhecimento, onde opera o desconhecimento do Outro, (re)produzem-se evidências que sustentam o sujeito em uma prática discursiva da política.

Nessa perspectiva, o processo de identificação, que funda a unidade imaginária do sujeito, “[...] apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob a dupla forma [...] enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (Pêcheux, 1995, p. 163). Desse modo, o sujeito em AD se produz por “efeito-sujeito” determinado pelo “interdiscurso como real (exterior)” (Pêcheux, 1995, p. 163). Com isso, produzido entre memória e esquecimento, determinado pela Ideologia e atravessado pelo inconsciente, o sujeito não reconhece sua subordinação, “[...] seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia* [...]” (Pêcheux, 1995, p. 163).

Em termos de procedimento analítico, selecionei um recorte de cada vídeo e elaborei um dispositivo de interpretação. Neste gesto analítico apoiado na AD, não busco nem completude nem exaustividade na análise do *corpus*, que considero “mitos integrantes de análises empíricas” (Mariani, 1996, p. 53). Em AD, “é a noção de fato discursivo que traz consequências para a análise” (Mariani, 1996, p. 53) e, em busca de tais fatos, busco destacar efeitos do interdiscurso no discurso analisado pelos recortes.

É Orlandi (1984) que propõe a noção de “recorte”, caracterizado como uma “unidade discursiva” em que se articulam fragmentos de linguagem-e-situação. Para a autora, “um recorte é um fragmento da situação discursiva” (p. 14). Essa noção é consequente com o procedimento de “*leitura trituração*” (Pêcheux, 2016, p. 25), que supõe recortar, extrair, deslocar e reaproximar fatos discursivos no “batimento entre descrição e interpretação” (Pêcheux, 2015, p. 54) de uma análise discursiva.

ADENTRANDO NO GESTO ANALÍTICO: DA INTERROGAÇÃO À INSINUAÇÃO

Eu inicio o gesto analítico pelo primeiro vídeo, postado em janeiro de 2016. No recorte abaixo, a numeração entre chaves indica elementos que serão retomados no movimento de descrição de funcionamentos discursivos.

Olá, sou Jair Bolsonaro. Vamos voltar ao tema aqui... livros escolares! A revista *Nova Escola* fez um vídeo me criticando sobre aquele meu vídeo que eu fiz na semana passada. Mas olha só aqui como começa a revista. Como eu citei no meu vídeo, esta revista, isso aqui é um menino! Né? Vestido de menina. E a revista *Nova Escola* diz aqui, se gaba, né, que esta capa foi eleita a melhor de 2015 pela Associação Nacional dos Editores de Revistas, ok? E olha só. E a *Nova Escola* mesmo diz: {2} “O menino que a ilustra está vestido de princesa. Mas segue sendo um menino”. Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Essa criancinha tem cinco anos de idade. {1} Ela tem consciência do que tá fazendo? {1} Vocês estão estimulando ela a ser homossexual ou não? Isso é um crime que vocês faz. Então, {3} quando vocês dizem que este material não é pra criança de seis anos de idade, quem está mentindo, me desculpe, mas são vocês. Afinal de contas, isso veio daqui: {2} “*Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais*”. Isso é um documento do governo! Fiz a montagem aqui, mas é um documento do governo. E tá bem claro aqui dentro. Entre os 180 itens, {2} “Distribuição de livros para bibliotecas escolas com a temática diversidade sexual para o público infanto-juvenil”. Ó, Nova Escola, infante é até dez anos de idade. Não tente aqui me desqualificar porque tá faltando argumento pra vocês. E pra quem diz que o livro é português, ou é francês, seja lá o que for, é brasileiro. Tá escrito aqui: {2} “Eles se beijam e, ao mesmo tempo, tiram a roupa. Smak!” Olha o tamanho do piu piu do moleque, meu Deus do céu! Uma criança, uma criança aqui do lado com os peitinhos de fora! {1} Onde vocês estão com a cabeça? Além de vocês estarem estimulando, precocemente, o sexo pra criancinhas a partir de seis anos de idade, vocês estão escancarando as portas da pedofilia! [...] Como se não bastasse, o site *Humaniza Redes* do governo do PT, [...] neste site tá bem claro lá. Caso, me desculpe aqui, baixando o nível aqui e agora, tá lá escrito, e a introdução é essa: {2} caso você... encontre... num terreno baldio, um marmanjo introduzindo o pênis no ânus de um menino de três anos de idade, ou introduzindo o pênis na vagina de uma menina de sete anos de idade, você deve chamar a polícia. Mas, policial, você não pode levá-lo pra cadeia ou pra delegacia. Você tem que levar esse marginal ou {2} esse cidadão, segundo o PT, para o hospital. E lá ele deverá ser submetido ao laudo psiquiátrico. Caso ele, então, venha a sofrer de transtorno, ele deve ser tratado. Ele fica no hospital, e não vai pra cadeia. Ou seja, o PT estimulando a homofobia. O PT buscando maneiras de legalizar a pedofilia!

Sequência extraída de postagem de 19/01/2016, no perfil de Bolsonaro no Facebook⁸

⁸ Como os recortes são transcrições dos vídeos, tentei reproduzir neles alguns aspectos da fala na escrita. Principalmente: reticências para indicar pausas e hesitações na fala; barra transversal para indicar interrupções (na fala, truncamentos); e aspas para indicar dizeres atribuídos a outros locutores.

Desse recorte, onde toma corpo uma “[...] profusão de escritos, mencionando falas e outros escritos” (Pêcheux, 2016, p. 23) pelas condições de circulação dos textos plataformizados, destaco dois funcionamentos constituídos na relação com o interdiscurso: em {1}, as interrogações; e, em {2}, a acomodação de dizeres atribuídos a outro(s) locutor(es). Começo por {1}, destacando que as interrogações assinaladas no recorte (1) são produzidas em um processo discursivo, definido como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos, ‘significantes’, em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, 1995, p. 161).

Trata-se da mobilização de saberes sustentados na cis-heteronormatividade pela FD antilgbti+ pelo interdiscurso. Conforme propõe Pêcheux (1995), o interdiscurso reside no fato de que “‘algo fala (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 1995, p. 162). Para Pêcheux, “[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (p. 162). Esse processo produz o locutor-político no discurso – e não o contrário –, já que a FD lhe impõe coerções que determinam seu modo de dizer. Assim, no discurso político plataformizado dessa FD antilgbti+, cujos sujeitos acreditam, pelo “discurso sobre a tecnologia” (Dias, 2018), acessar a “verdade da política”, estabelecem-se as condições de formulação das interrogações em {1}.

É por isso que as perguntas são formuladas como simulação de um jogo de perguntas e respostas engendrado pelo locutor, em que ele pergunta e ele próprio responde. Asseguradas as especificidades, essas interrogações operam como no “discurso comunista endereçado aos cristãos” (Courtine, 2009). Trata-se de “um uso ritualizado da interrogação, em que a questão só faz sentido porque a resposta já é conhecida” (Pêcheux, 2009, p. 24). Inscritas em um “idealismo ventríloquo, mestre na arte de falar no lugar do outro” (Pêcheux, 2009, p. 24), as questões são lançadas – “ela tem consciência do que tá fazendo?”; “você está estimulando ela a ser homossexual ou não?” – sem que se espere resposta produzida alhures. Diferentemente, o locutor antecipa uma resposta coerente com as evidências ideológicas da FD que o domina pelo viés da forma-sujeito.

No recorte (1), o interdiscurso opera em suas duas modalidades: (1) o “pré-construído”, que “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (Pêcheux, 1995, p. 164); e (2) a “articulação” do discurso transversal, que “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (Pêcheux, 1995, p. 164). Diante do interdiscurso, as interrogações – por efeito de pré-construído – funcionam como afirmações: “a criança não tem consciência do que tá fazendo”; “você está, sim, estimulando a criança a ser homossexual” – o que equivale a “um crime” neste processo discursivo. Por efeito de sustentação do discurso transversal, articula-se o fio do discurso: “como todo mundo sabe”, um crime requer punição e é metáfora de “uma ameaça”.

Formulada mais adiante no recorte (1), a pergunta “onde vocês estão com a cabeça?” tem igualmente uma resposta evidente. Nas condições de circulação do discurso político como texto plataformizado, o locutor-político designa um lugar de enunciação “você”, a quem parece se dirigir na superfície linguística. Na interlocução aí configurada,

“vocês” é a “Revista Nova Escola”, o “governo do PT”, os “LGBTI+”, que se relacionam em efeitos metafóricos e metonímicos, constituindo o que chamo de “pró-LGBTI+”. Contudo, esse “vocês” funciona, na verdade, como “eles” nessa FD pelo discurso político plataformizado. Conforme Indursky (2013), na “interlocução discursiva” (p. 167), os interlocutores podem estar indeterminados ou indefinidos e – por isso – a “cena discursiva” pode não coincidir com aquilo que mostra a superfície linguística.

Enquanto na interlocução enunciativa o locutor-político se dirige com perguntas a um “vocês” pró-LGBTI+, contra quem simula enfrentamento, o efeito de sentido produzido, por interlocução discursiva, é de afirmação para a audiência de fato: os seguidores (eleitores e potenciais eleitores) no Facebook. Produzidos internamente nessa FD, esses interlocutores de fato assistem à cena do espetáculo político identificados ao locutor-político, em um processo que configura – sem que se perceba – um “nós-político”, oculto na materialidade linguística. Apesar da identificação com o “eu” da cena interlocutiva, esses interlocutores são sujeitos também por antagonismo ao “vocês” designado na superfície linguística, que é – por efeito de sentido – o “eles”, o outro dessa FD. Nesse jogo de interlocução, na infraestrutura algorítmica do Facebook, a passagem do “eu” ao “nós”, ambos antagonísticos ao “vocês/eles”, ocorre por um fio invisível, na forma-sujeito de uma FD determinada por uma formação algorítmica.

Dissimulado como “vocês” na superfície linguística, essa terceira pessoa – que se constitui no processo discursivo de interrogações-resposta sem ser designada – é produzida discursivamente no intradiscurso da FD como “alguém capaz de cometer um crime” contra “criancinhas de 5 anos de idade”. Pelo efeito de sustentação do discurso transversal, a exclamação formulada no final do recorte (1), “O PT buscando maneiras de legalizar a pedofilia!”, designa finalmente – por metonímia – esse “eles”, ao configurar o PT como agente institucional que “busca a legalização da pedofilia”. Embora já bastante grave, essa acusação não atribui ao PT a prática da pedofilia em si – o que não quer dizer que essa atribuição não ocorra por efeito de sentido. Ao produzir discursivamente o “eles” da FD, designado por “vocês” na formulação do recorte (1), como “aqueles que cometem crime contra criancinha”, o efeito da exclamação simula uma implicação:

Quem quer legalizar a pedofilia é pedófilo.

O PT luta para legalizar a pedofilia.

Logo, um petista é um pedófilo.

Levando em conta que “PT” é uma metonímia de “pró-LGBTI+”, o efeito do interdiscurso por discurso transversal opera pelo que chamei “insinuação” (Fatima, 2025, p. 269): um efeito do interdiscurso nas brechas da formulação pela sintaxe, fazendo a “cola” entre o dito e o não-dito. Por meio da insinuação, o discurso político plataformizado dissimula a política em um campo de batalha moral, onde a disputa política e ideológica se mostra como uma disputa em torno de princípios éticos básicos de nossa época, como a defesa da infância.

Lendo Miskolci (2016), entendo que quando o sujeito não pode mais reproduzir o dizer cis-heteronormativo por pejoração direta a sujeitos LGBTI+, uma “política simbólica de substituição” (Miskolci, 2016, p. 114) opera no processo discursivo da FD,

garantindo a reprodução desse dizer de outras formas. Conforme explica o autor, avanços políticos em torno da homossexualidade obrigaram “[...] àqueles que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia” (p. 114).

No discurso político platformatizado, onde o locutor-político se encontra em condições de hipervisibilidade e busca por voto, não interessa assumir de forma explícita o que se produz por efeitos de sentido no recorte (1). Por isso, a insinuação da pedofilia é fundamental para a reprodução da ideologia cis-heteronormativa nessa FD. Por meio dela, atribui-se uma prática criminosa ao outro pró-LGBTI+ mobilizando evidências pelo processo discursivo da interrogação-resposta. Simbolicamente, desloca-se o lugar de enunciação antilgbti+ pela interlocução discursiva: identificado pelo “cinismo como prática ideológica” (Baldini, 2012), o sujeito não propõe simplesmente enfrentar um adversário político de outro espectro ideológico, mas anuncia uma luta diante de uma ameaça de pedofilia contra criancinhas nas escolas.

O DIZER DE UM VENTRÍLOQUO

Passo ao segundo aspecto do recorte (1), destacado em {2}, apresentando uma sequência de fotogramas⁹.

Figura 1. Sequência de fotogramas extraídos do vídeo do recorte (1) por *print screen*



Fonte: o autor, a partir do vídeo supramencionado

⁹ Um fotograma é “[...] uma forma visual estabilizada mediante um procedimento de ‘suspensão’ momentânea do movimento; um fragmento que emerge da materialidade em movimento por um gesto de leitura” (Medeiros; Glozman, 2019, p. 7).

Esses fotogramas capturam elementos da materialidade filmica nos pontos em que dizeres destacados em {2} no recorte (1) são incorporados na formulação pelo locutor-político. Trata-se de um funcionamento de “heterogeneidade mostrada” (Authier-Revuz, 1990, p. 32) que chamei “ventríloquo enunciativo” (Fatima, 2025, p. 159). Por meio deste, o sujeito busca impor seu gesto de interpretação como um fato imanente do discurso do outro, cujos sentidos são mostrados como evidentes. Atuando como ventríloquista, é como se o locutor-político emitisse o som de sua voz, mas fizesse o interlocutor ouvir a voz do ventríloquo: uma voz se passa por outra, dissimulando o mecanismo de incorporação de vozes como materialidade do dizer. Nessa trama enunciativa, eficaz na circulação do discurso político plataformizado, os interlocutores ouvem a voz de Jair Bolsonaro *como se fosse* a voz pró-LGBTI+. Não se trata da eficácia da manipulação, embora ela esteja em jogo, mas de mecanismos enunciativos de apropriação do discurso do outro determinados pelo assujeitamento às condições de circulação dos discursos.

No recorte (1), materializam-se diferentes formas de incorporar dizeres atribuídos a outros locutores pelo ventríloquo, como ocorre com o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT” no Fotograma (3). É precisamente aí que a formulação explicita os contornos políticos desse discurso, já que, pelo ventríloquo enunciativo, o movimento LGBTI+ e o governo do PT aparecem defendendo “um crime contra crianças”.

Ao serem capturados pelo efeito ideológico pelo qual ouvem aí a voz LGBTI+, os interlocutores são interpelados em sujeitos na FD antilgbt+ por um efeito de sentido de defesa da infância ameaçada. Enquanto em uma FD pró-LGBTI+ a distribuição de livros sobre diversidade é a *promessa* de uma geração futura que respeita a diferença, nessa FD antilgbt+, essa é a prova inequívoca de uma *ameaça*: o PT, a mídia e os LGBTI+ conspiram para doutrinar crianças na escola, intervindo na sua sexualidade.

Para finalizar esse aspecto do ventríloquo enunciativo no recorte (1), aponto brevemente seu funcionamento em outras formulações indicadas em {2}. É o ventríloquo que garante que o locutor-político verbalize denominações que se referem a órgãos sexuais – “o piu piu do moleque”, “pênis”, “ânus” – e que narre uma cena grotesta de violência sexual sem responsabilidade locucional pelo dito. O ventríloquo da FD antilgbt+ faz falar uma voz LGBTI+ inadequada e sexualmente ameaçadora que “confessa” seus “planos ocultos”. Pelo viés do ventríloquo, o performativo político circula com o bônus da palavra que choca e viraliza no discurso político plataformizado, mas sem o ônus da locução da palavra inapropriada, que é do outro.

O efeito discursivo de uma voz por outra do ventríloquo advém do reconhecimento, pelos sujeitos dessa FD, de que as palavras ora ditas não podem pertencer ao locutor-político que as enuncia. Em grande parte, esse efeito deriva da mobilização do objeto ideológico “sexualidade” na relação com “escola” e “infância”, que retoma certas evidências morais da cis-heteronormatividade pela memória discursiva: a palavra de um locutor homem-heterossexual tem a credibilidade que um locutor pró-LGBTI+ não pode e não deve ter nessa FD.

EFEITOS PERFORMATIVOS DE AMEAÇA: UMA CONTRADIÇÃO

Nessa disputa, a FD se mostra dividida, “constitutivamente perseguida por seu outro” (Pêcheux, 2009, p. 24). Enquanto locutor-político, o sujeito está determinado a se submeter ao discurso do outro, de uma FD antagônica. A formulação “o menino que ilustra [a capa da revista] está vestido de princesa. Mas segue sendo um menino”, que significa a *promessa* de um mundo menos normativo sobre padrões de gênero, produz efeito de sentido de *ameaça*, pelas evidências ideológicas da discursividade antilgbti+. Enquanto em uma FD essa formulação representa o direito de brincar de uma criança, sem que lhe sejam impostos padrões inflexíveis de gênero, na outra FD essa mesma formulação é uma “comprovação” de que “estão estimulando a criança a ser homossexual”. Assim, mais do que afirmar que o outro pró-LGBTI+ é uma ameaça, o locutor-político se constitui em um funcionamento discursivo do performativo em que outro aparece praticando uma ameaça.

Nessa formulação do recorte (1), destaca-se o efeito de articulação do discurso transversal no intradiscurso da FD, dada sua inserção no fio do discurso por “e a Nova Escola mesmo diz”. Segundo Pêcheux (1995, p. 167),

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita.

No interior da FD, a estrutura verbal *dicendi* da formulação é mobilizada pelo locutor-político para acomodar o sentido pré-construído de ameaça na linearidade do discurso. Ela produz um efeito de sentido de flagrante, como se a Revista fosse pega na admissão de um erro por descuido, o que daria razão ao locutor-político e àquilo que é evidente para ele.

Para representar o efeito contraditório dessa formulação, elaborei o esquema abaixo, que formula de forma aproximativa os efeitos de sentido produzidos pelo interdiscurso como pré-construído nas diferentes FD em confronto no discurso político platformatizado.

Figura 2. Efeito contraditório da formulação entre FD

	formulação	efeito de pré-construído
FD pró-LGBTI+	O menino que ilustra a capa está vestido de princesa. Mas segue sendo menino.	Ele segue sendo menino, pois brincar com uma roupa do gênero feminino não modifica sua identidade de gênero, nem sua sexualidade. Já que roupa não define esses aspectos, menino pode se vestir de princesa.
FD antilgbti+		Ele segue sendo menino, pois brincar com uma roupa do gênero feminino não modifica sua identidade de gênero, nem sua sexualidade. Apesar de tentarem modificá-los, o que é natural prevaleceu.

Fonte: o autor

No intradiscurso da FD que produz esse locutor-político como sujeito, opera a evidência ideológica do binarismo de gênero, parte fundamental de uma FD estruturada simbolicamente na cis-heteronormatividade. Tal evidência conduz o deslocamento da imagem do menino vestido de princesa, do Fotograma (2), de um encanto revolucionário na FD pró-LGBTI+ para a dimensão de um absurdo na FD antilgbti+. Em seu funcionamento paradoxal, o objeto “sexualidade”, na relação com “gênero”, sustenta contraditoriamente tanto o encantamento pueril quanto a repulsa odiosa como efeito de sentido para a imagem do menino enquanto materialidade significativa.

Para Pêcheux e Gadet (2011), as lutas políticas em torno da sexualidade são lutas ideológicas de movimento, que devem ser pensadas “[...] como uma série de disputas e embates móveis (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação, etc.) pelos processos por meio dos quais a exploração-dominação da classe burguesa se reproduz, com adaptações e transformações (Pêcheux; Gadet, 2011, p. 97). Desse modo, aquilo que confrontam os movimentos políticos de luta LGBTI+ está sempre suscetível de se deslocar, de se adaptar e de se transformar. Para Pêcheux (1990, p. 12), “[...] o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em *um* mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*”.

Nessas condições, em que o sujeito é “efeito de sobredeterminação pelo qual a alteridade o afeta” (Pêcheux, 2009, p. 24), considero que “os objetos ideológicos implicados no interior das lutas de movimento são necessariamente objetos de paradoxo lógico. Eles têm uma estranha propriedade de ser ao mesmo tempo *idênticos e antagônicos entre si* [...]” (Pêcheux; Gadet, 2011, p. 97). Nesse “duplo caráter dos processos ideológicos” da contradição, “os objetos ideológicos são sempre fornecidos concomitantemente com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu ‘sentido’, quer dizer, também com sua *orientação*” (Pêcheux, 1990, p. 12). É dessa maneira que compreendo “sexualidade” como um objeto paradoxal, reconhecendo que esse objeto foi explicitado no discurso político pela prática discursiva do movimento LGBTI+ – ainda que já estivesse nele desde sempre como norma invisível não nomeada.

No discurso dos vídeos analisados, esse objeto (se) sustenta (em) um paradoxo: ao ser mobilizado para confrontar a norma, foi devolvido, deslocado, transformado, em favor da própria norma. Tal processo confirma que “esses objetos apenas existem como relações de força historicamente móveis, como movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem” (Pêcheux; Gadet, 2011, p. 97). Discursivizada em um paradoxo, enquanto materialidade discursiva do objeto “sexualidade”, a imagem do menino vestido de princesa funciona para a manutenção da cis-heteronormatividade. Em seu caráter performativo, ela produz efeito de mobilização política na FD antilgbti+, ainda que tenha sido inocentemente formulada para deslocar a normatividade pela FD pró-LGBTI+, como ocorre na capa da Revista Nova Escola.

DO PARADOXO AO ENUNCIADO DIVIDIDO

Para avançar, observando ainda essa contradição entre *promessa* e *ameaça* nas FD, passo à formulação em {3} do recorte (1), que retomo a seguir:

“quando vocês dizem que este material não é pra criança de seis anos de idade, quem está mentindo, me desculpe, mas são vocês”.

Para dar relevo ao funcionamento contrastivo dessa formulação, ela pode ser relinearizada sintaticamente:

“não sou eu, mas vocês é que mentem”.

Lembro que o “vocês” na formulação acima funciona como “eles” para os interlocutores que assistem à cena do espetáculo político nas plataformas. A representação do jogo de “quem mente” explícito em {3} indica que os objetos em disputa no confronto entre essas FD são paradoxais, articulando o ponto-limite entre discursos antagônicos. Com efeito, essa relação de antagonismo “*funciona como regra* para o processo discursivo” (Courtine, 2009, p. 196), pelo qual o sujeito de uma FD inverte o saber da FD antagônica pelo interdiscurso como discurso transversal. Assim, pode-se considerar que a formulação do discurso na FD do locutor-político do recorte (1) tem sua repetibilidade governada por um “enunciado dividido” (Courtine, 2009, p. 194), cujo esquema pode ser representado como:

$$P \left\{ \frac{X}{Y} \right\}$$

Para Courtine, o enunciado [E] é “[...] uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações” (2009, p. 100). Estruturando o jogo contraditório entre *promessa* e *ameaça* – assim como entre verdade e mentira –, pontos de passagem entre as FDs, o enunciado dividido é a forma geral que engendra processos discursivos de FD que estão em relação fundamentalmente contraditórias com suas antagônicas por se servirem de objetos paradoxais como “sexualidade” e “escola”. Descrevendo a fórmula que representa o enunciado dividido, Courtine (2009, p. 194) afirma: “[X; Y] representam [...] *posições referenciais*, no contexto de formulação P, ocupadas, no interior de um dado processo discursivo [...], por dois conjuntos de elementos que assumem um valor antagônico no interior do processo discursivo”. No enunciado em análise, o que está em questão são as posições referenciais de agente e de paciente da ameaça advinda daquele que mente.

Para Courtine (2009, p. 195), “a noção de base de formulação remete à existência de elementos *pré-construídos* ao discurso”. No recorte (1), opera a seguinte base de reformulação:

Figura 3. Base de reformulação do discurso no recorte (1)

$$[E] - \text{A ameaça vem } \frac{(X) \text{ da luta política pró-LGBT+}}{(Y) \text{ da luta política antilgbt+}}$$

Fonte: o autor, a partir do recorte (1)

A partir desse enunciado dividido, que governa a repetibilidade das formulações na FD, e pela disputa em torno de objetos paradoxais, fica estabelecida “uma *condição de interpretação* dos efeitos de sentido” (Courtine, 2009, p. 195) no processo discursivo da FD, que posso, retomando {3}, representar assim:

A ameaça, pela mentira, não vem de mim, como dizem, mas dos pró-LGBTI+.

Diante dessa regra para o processo discursivo, que estabelece condições de interpretação pela retomada de elementos do interdiscurso que preenchem as lacunas do dizer, costurando o fio do discurso, não serão somente as formas linguísticas de contraste, como em {3}, que serão interpretadas de tal modo. Ao contrário, toda a formulação do discurso terá no contraste a sustentação de seus efeitos de sentido, que posso representar em uma evidência ideológica fundamental dessa FD:

Não é “homofobia nas escolas” que a política deve combater, mas a “pedofilia” dos pró-LGBTI+ (do PT, da ‘mídia’, do movimento LGBTI+).

Na circulação do discurso político plataformizado, o enunciado dividido configura condições para que o sujeito cis-heteronormativo tenda a se posicionar reativamente em relação a formulações simples, produzidas e postas em circulação pela FD pró-LGBTI. Como exemplo, posso mencionar algumas das infinitas formulações de campanhas institucionais pró-LGBTI+ que circulam online em torno do “28 de junho”. Formulações a princípio não polêmicas, como “*orgulho de ser*”; “*toda existência deve ser celebrada*”; “*ame quem quiser amar*”, são objeto de manifestações de repúdio sistemáticas nos textos plataformizados, desde reações de risos, “haha” no Facebook, em campanhas sérias, até comentários configurados como discurso de ódio. Pelo enunciado dividido, que representa o princípio da contradição entre essas FDs, as formulações tendem a serem lidas e interpretadas pela polêmica, por vezes como uma afronta que incita à refutação no imediatismo da circulação nas redes digitais.

Não se trata de considerar que as normatividades sexuais e de gênero foram inventadas no discurso digital, mas de compreender que a dominância dessa forma contrastiva de identificação, em que *promessa* em uma FD representa *ameaça* em outra, e na qual formulações simples estão suscetíveis à polêmica, predominou no discurso político atual por encontrar nos textos plataformizados a reprodução de suas evidências ideológicas mais fundamentais.

FALAR E FAZER: A POLÍTICA IMAGINÁRIA

O recorte (2) permitirá avançar.

Se alguém não entendeu, eu posso repetir. Esse cidadão aí chama-se André Lázaro. Em 2010, isso que ele falou foi aqui na Câmara. Numa audiência pública. *Seminário LGBT Infantil*. Dá nojo, dá asco. Esse cidadão aqui tava falando, Padre Ricardo, daqueles filmes que iam passar

para o ensino fundamental. Um dos filmes era *Beijo Lésbico*. E ele passou rindo, olha a cara dele, rindo, dizendo que, por ocasião desse filme, ele passou três meses discutindo até onde a língua de uma menina ia entrar na boca de uma outra menina para o filme *Beijo Lésbico* para as criancinhas! Detalhe! Se alguém tem dúvida se é pra criança ou não. Tem aqui o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT*. São 180 itens, só falei dois. Um até o Doutor Domenico vai... vou fazer coro com o que ele falou aqui. Um dos itens: {2} “Distribuição de livros para bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infanto-juvenil”. Definição de infante, né, com alguns livros aqui diz que é do nascimento até dez anos de idade. Não precisa falar mais nada! Em um outro item aqui com o Doutor Domenico aqui... outro item: {2} “Reconhecer todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis com base na desconstrução da heteronormatividade”. Não basta apenas eles pregarem pra criancinhas que é normal dois homens e duas mulheres. Eles querem dizer também que um homem e uma mulher está errado! Não sou eu que tô dizendo. Isso é uma doença! Um pai... ou uma mãe não quer encontrar o filho em casa brincando de boneca por influência da escola. Os debatedores aqui dizendo claramente aqui quem participou... em pesquisa em onze capitais e descobriram... que nas escolas de ensino fundamental existe mais meninos gays que meninas lésbicas. {1} Qual foi a metodologia pra essas pessoas, que eu não vou adjetivar aqui que eu tô, eu sou uma pessoa muito educada, tá? Qual foi a metodologia utilizada para que o Joãozinho de seis anos, ele falasse “Esse é gay”? Pra Mariazinha de sete, “essa é lésbica”? {1} Qual foi a metodologia desses crápulas que não respeitam a inocência das criancinhas em sala de aula? RECORTE (2): sequência extraída de postagem de 19/01/2016, no perfil de Bolsonaro no Facebook

O recorte (2) permite observar que esse segundo vídeo é, grosso modo, uma continuidade ideológica do vídeo anterior, de-localizada para o espaço institucional da política. Após viralizar um espetáculo político nas redes pelo embate contra Nova Escola, o locutor-político repete o procedimento sob a roupagem do terno e da gravata, convocando outra dimensão do lugar de enunciação para sua prática discursiva, o que é mais um indício de seu assujeitamento ao discurso político platformizado. Nos recortes (1) e (2), o que importa é notar como “[...] modos de dizer próprios ao espaço digital configuram diretamente tanto a formulação quanto a circulação da fala pública, inscrevendo-a no universo do cotidiano do sentido, das falas ordinárias entre sujeitos comuns” (Zoppi-Fontana, 2022, p. 46).

Diante disso, quero apenas mencionar que os dois processos discursivos em questão trabalham essa inscrição do discurso político no recorte (2) na ordem do discurso cotidiano pelas mídias digitais: em {1}, as perguntas cujas respostas são já conhecidas pela evidência ideológica cis-heteronormativa; em {2}, o fazer falar a voz do outro pró-LGBTI+ pelo ventríloquo enunciativo. Dado que se trata de um ritual ideológico em repetição, semelhante ao que ocorre no recorte (1), sobre esses aspectos não me alongarei.

Gostaria agora de salientar a presença de um discurso sobre infância na FD desse locutor-político, necessário para que ideologia cis-heteronormativa se reproduza, legitimando a exclusão e a discriminação sob o pretexto de que os “LGBTI+ são uma ameaça”, efeito de evidência que captura o interlocutor *online*. Quanto aos elementos da formulação, esse discurso se materializa na mobilização do diminutivo melodramático “criancinha” e na predicação das crianças pela idade – também presentes no recorte (1) –, projetando o outro pró-LGBTI+ no lugar de uma ameaça tão covarde que produz o efeito performativo de despertar no interlocutor a reação imediata e pouco pensada. É por isso que considero que a dissimulação do enfrentamento antilgbti+ na política no dizer desse locutor como “proteção às criancinhas” é, em grande parte, efeito das condições de circulação do discurso político platformizado.

As denominações que remetem a objetos ideológicos da “sexualidade”, como “pedofilia”, são como gatilhos que interpelam indivíduos em sujeitos na “*fast* leitura” de “passar de olhos” (Mariani, 2018, p. 4) das plataformas no discurso digital. Em tais condições de leitura, de assujeitamento ao discurso político plataformizado, opera a “memória discursiva como espaço ideológico estruturante/estruturado em que se realiza a interpretação, enquanto efeito necessário da relação simbólica estabelecida entre o sujeito e o real da história e da língua” (Zoppi-Fontana, 2002, p. 178). Pela memória discursiva, pela ideologia e pelo interdiscurso, a cis-heteronormatividade está sempre suscetível de retornar no discurso, seja para sua reprodução ou para seu deslocamento.

Assim se faz um efeito performativo de ameaça suscitar um efeito performativo de adesão a uma prática política, legitimando siglas partidárias e nomes próprios muito bem determinados. Pêcheux (2011) trata da “política do performativo”, “quando *dizer* equivale a *fazer*”, processo no qual “a política tende a se tornar uma atividade imaginária que se parece ao sonho acordado” (Pêcheux, 2011 p. 88). Para Pêcheux (2011, p. 89), a política do performativo se sustenta na “*língua de vento*” das mídias de massa – expressão que toma emprestada de R. Debray – que produz os acontecimentos discursivamente, noção que retomo aqui para pensar o efeito de espalhamento de certas palavras como “memes discursivos” (Fatima, 2025, p. 209) nas plataformas digitais. Parafraseando Pêcheux (2011), a língua de vento consiste em um novo regime enunciativo nas formas de um delírio verbal, de um sonho acordado, que desregra as condições de validade do performativo político. Assim se produz, segundo o autor, uma “política imaginária”, sustentada em uma “ordem do parecer em que os gestos e as declarações substituem as práticas” (p. 91). Similar ao “registro *ficção*”, esse funcionamento da política oferece “cada vez mais lugar ao parecer (isto é a um simulacro do real)” (p. 92).

Nessa política imaginária, em que basta o locutor-político *dizer* para ser reconhecido em um *fazer* na sua FD, um “discurso da infância ameaçada pela pedofilia” emerge no discurso político plataformizado como um dos principais mecanismos de enfrentamento das demandas LGBTI+ na política, já que grande parte do discurso cis-heteronormativo tradicional tem sido desmontado e tem perdido credibilidade pelo avanço da prática discursiva pró-LGBTI+. No capitalismo de plataforma, as corporações *bigtechs* dão condições infraestruturais à circulação de discursos nos quais a diferença entre “pensar” e “imaginar” não é mais importante, o que é fundamental na política imaginária. Assim, foi preciso fabricar a evidência de uma “criancinha sendo atacada na escola por LGBTI+”, desvinculada do que poderia ter sido a educação de gênero e sexualidade nas escolas proposta pela sociedade civil nos governos petistas, em prol sobretudo da proteção das próprias crianças. Os objetos ideológicos em torno da “escola” são, assim, o centro gravitacional do discurso político plataformizado, analisado do ângulo dessa FD antilgbti+ pelos recortes (1) e (2).

No entanto, importa observar que se, por um lado, os discursos do “kit gay” e da “ideologia de gênero” tornaram-se verdades evidentes nessa FD, por outro lado, a análise dos recortes indica uma disposição do locutor-político – assujeitado às condições de circulação – a dizer qualquer coisa relacionando objetos ideológicos como “escola” e “sexualidade” para que seu nome circule na discursividade política. Como o “discurso do ‘qualquer coisa’ não se alimenta justamente de ‘qualquer coisa’” (Pêcheux, 1990, p. 24),

entendo que a causa dessa disposição é o reconhecimento – um saber não sabido – do sujeito cis-heteronormativo de que perdeu o jogo nas regras estabelecidas para o discurso político por ele próprio nas democracias liberais. É isso que explica a irrupção da discursividade da pós-verdade no discurso político plataformizado: foi preciso superar “a verdade”, que não serviu mais nos moldes em que estava colocada.

Analisando aspectos da fala pública, Zoppi-Fontana (2022) reflete sobre os impactos da circulação dos discursos na enunciação política pelas mídias digitais. Para a autora, diferentemente do que ocorre nas *fake news*, na pós-verdade, há um locutor-político autorizado, ao qual se podem atribuir as inverdades ou meias-verdades ditas. Analisando os recortes (1) e (2), os processos discursivos da interrogação-resposta e do ventríloquo permitem perceber “[...] como essa transformação nos regimes de verdade se sustenta em um deslocamento das práticas de autoria, ressignificadas pelo funcionamento material das novas tecnologias de linguagem, em particular das redes sociais” (Zoppi-Fontana, 2022, p. 38).

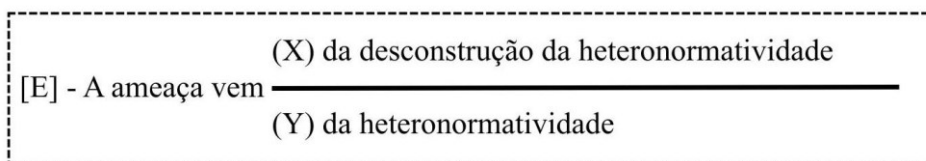
No texto plataformizado, falas mentirosas e inflamadas, que mobilizam palavras, imagens e cortes de vídeos para chocar o interlocutor e paralisar o movimento de sua interpretação têm asseguradas na infraestrutura algorítmica do digital as condições de sua repetibilidade. Isso decorre, conforme busquei demonstrar no jogo entre *promessa* e *ameaça* e entre verdade e mentira, do modo como as plataformas encapsulam as FD com seus objetos paradoxais pelas formações algorítmicas. A principal consequência disso é que o sujeito do discurso político plataformizado se depara com um outro imaginário cada vez mais vestido na roupagem do absurdo, em que o alhures parece cada vez mais alhures, pois é o absurdo que mais circula no digital, que tem maiores condições de viralização, furando as bolhas algorítmicas e chegando, com todas as deformações, à opinião pública.

DE VOLTA AO PARADOXO

Retomando a base de formulação anteriormente esquematizada, quero destacar o estado da contradição entre essas FD pelo processo discursivo no recorte (2). Trata-se de como os oponentes do jogo contraditório, representado pelo paradoxo entre os efeitos performativos entre *ameaça* e *promessa*, determinam-se em suas posições. O discurso reacionário cis-heteronormativo devolve ao inverso os objetos de um discurso contra-hegemônico, mantendo ambos presos “à lógica das fronteiras, desembocando por vezes em uma lógica paranóica da interpretação” (Pêcheux, 1990, p. 18). Essa lógica se sustenta nos “objetos paradoxais”, processo que explica a emergência e a eficácia ideológica de objetos morais como “kit gay” e “ideologia de gênero”.

Enquanto no processo discursivo de uma FD pró-LGBTI+ a “desconstrução da heteronormatividade” seria equivalente a “reconhecimento de todas as configurações familiares”, na FD “antilgbt+”, pelo interdiscurso, trata-se de um sinônimo de “dizer que um homem e uma mulher [juntos] está errado”. Com isso, “heteronormatividade” e “heterossexualidade” se indistinguem na possibilidade de “substituição simétrica” (Pêcheux, 1995, p. 164), em uma sinonímia contextual. Entre processos metafóricos e metonímicos, as formulações do recorte (2) são igualmente governadas pelo enunciado dividido, assim como aquelas do recorte (1).

Figura 4. Base de reformulação do discurso no recorte (2)



Fonte: o autor, a partir do recorte (2)

Por meio desse enunciado, observa-se como “[...] o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia” (Courtine, 2016, p. 14). Pelo efeito de contraste do enunciado dividido e dos objetos paradoxais, dadas as “condições de interpretação” (Courtine, 2009, p. 195) dessa FD, as formulações são apreendidas pelo sujeito do discurso como:

A ameaça não vem da existência da homofobia, como “eles” dizem.

Ao contrário...

...ela vem da “desconstrução da heteronormatividade” tentada por “esses crápulas que não respeitam a inocência das criancinhas em sala de aula”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu poderia afirmar ser bem-vinda a preocupação com “as criancinhas na sala de aula” se isso não fosse uma falsa moeda da língua de vento que domina o discurso político plataformizado. Na política imaginária produzida pela teatralização e pelo espetáculo, *falar* em combater a pedofilia substitui o *fazer*, sobretudo no caso de Jair Bolsonaro, que jamais apresentou propostas efetivas nesse sentido em décadas de atuação parlamentar. Nessas condições de produção, bravatas digitais tornam-se política de Estado, mobilizando massas pela repetição de menções vazias à “pedofilia”, reduzida a um significante de captura de interlocutores online e desvinculada de uma política real de transformação do cenário de violências contra crianças.

Retomando dois vídeos de 2016, procurei mostrar como “sexualidade” e “escola” funcionam como objetos paradoxais no discurso político plataformizado. Os processos discursivos analisados, interrogação-resposta, ventríloquo enunciativo e enunciado dividido, mostram que a problemática central desses discursos não é da ordem da divergência de opinião ou da falta de informação, mas de uma lógica de inversão que captura e devolve objetos de discurso erigidos para emancipação sexual contra as lutas ideológicas de movimento pró-LGBTI+.

No discurso político plataformizado, as condições de circulação das plataformas passam a determinar *o que* e *como* se diz: a visibilidade e o engajamento regem as formulações, orientadas menos pelo debate público e mais pela geração de impacto e pela viralização. Sentidos são produzidos, reiterados e deformados segundo a dinâmica dos textos plataformizados, assujeitando locutores a uma enunciação à deriva da circulação dos discursos nas plataformas digitais.

Nessas tramas algorítmicas, a lógica da inversão – já apontada por Pêcheux (1990) – se intensifica: quanto mais absurda ou chocante é uma formulação, maiores são as chances de sua viralização. Assim, locutores-políticos são compelidos a falar incessantemente de “sexualidade” e “escola” para manter seus nomes em circulação, ainda que à custa da verdade e da proteção da própria infância, em cujo nome pretendem falar. Os resultados deste artigo sugerem, ainda, um limite estratégico para a disputa simétrica em torno desses objetos paradoxais e apontam para a necessidade de repensar os modos de enfrentar a extrema direita nas plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 25–42, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636824>.
- BALDINI, L. Discurso e cinismo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (orgs.). *Discurso e...* Rio de Janeiro: 7Letras: FAPERJ, 2012. p. 103-112.
- COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristão*. São Carlos, EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, J-J. As metamorfoses do Homo politicus. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.) *Legados de Michel Pêcheux*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 117-127.
- COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Revista Policromia*. Ano 1, p. 14-34 2016. DOI: <https://doi.org/10.61358/policromias.v1i1.4090>.
- DALTOÉ, A. da S.; FERREIRA, C. M. Ideologia e filiações de sentido no Escola Sem Partido. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, jan./abr. 2019, p. 209-227. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190105-DO0519>.
- DALTOÉ, A. da S. Da teatralização do discurso político à política do performativo. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 24, 2024, p. 24-33. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-24-33>.
- DIAS, C. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes, 2018.
- DIAS, C. O texto plataformizado. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 28, n. 63, p. 156-187, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2024v28n63p156-187>.
- FATIMA, W. da S. de. *Lugares de enunciação e objetos morais na textualização do discurso bolsonarista no Facebook (2011–2022)*. 2025. 309 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25824/redu/GORVQL>.
- FERRAGUT, G. *Mouvements souciaux et sens de la ville : la circulation du discours urbain par le numérique*. 2022. 172f. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2022.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as Outras vozes*. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.
- JUNQUEIRA, R. D. *A invenção da 'ideologia de gênero': um projeto reacionário de poder*. Brasília: Letras Livres, 2022.
- MARIANI, B. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. *Revista Entremeios*, v. 17, jul-dez, 2018, p. 3-18.
- MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1996.
- MEDEIROS, V.; GLOZMAN, M. Pregas sobre um título: Fotograma das tensões e disputas discursivas na/da atualidade. *Revista Fragmentum*, v. 54, 2019, p. 9-18. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179219442429>.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay*. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 28, p. 101–128, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

- ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? *Revista Linguística: questões e controvérsias*, Uberaba, n. 10, 1984, p. 9-26.
- PÊCHEUX, M.; GADET, F. A língua inatingível. In: ORLANDI, E. P (org.) *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 93-106.
- PÊCHEUX, M. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, B. et al. (orgs). *Materialidades Discursivas*. Campinas: Ed.da Unicamp, 2016. p. 23-32.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões e deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/cei.v19i0.8636823>.
- PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. P (org.) *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7 ed. Campinas, Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: UFSCAR, 2009. p. 21-26.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi et al. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- PEREIRA, M. M. Movimento LGBT e políticas públicas nos governos federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014): trajetória e características. *Estudos de Sociologia*, Recife, Vol. 2, n. 23, 2017, p. 195-238. DOI: <https://doi.org/10.51359/2317-5427.2017.237059>.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. *Revista Leitura*, [S. l.], v. 1, n. 23, 1999, p. 15-24. DOI: <https://doi.org/10.28998/2317-9945.199923.15-2>.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. Transformações da fala pública: do porta-voz autorizado aos tuítes do filho amado. In: Castello Branco et al. (org.). *Entrenós, da língua, do sujeito, do discurso: uma homenagem a Bethania Mariani*. Campinas: Pontes, 2022. p. 29-52



Licença: Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Disponibilidade de Dados: Os conjuntos de dados estarão disponíveis mediante solicitação ao(s) autor(es).